

APRESENTAÇÃO

Dossiê Escravidão e Abolição no Brasil

Sharyse Amaral

Após 131 anos de abolida oficialmente a escravidão no Brasil persistem problemas sociais advindos da existência de quase quatro séculos de escravidão entre nós. A longevidade dessa instituição configurou nosso modo de ser, limitou o nosso pensar, definiu espaços sociais, educacionais e de trabalho, fragilizou o exercício da nossa cidadania, fortaleceu o racismo e nos impediu de construir uma sociedade menos desigual.

Talvez por isso a historiografia da escravidão seja uma das áreas mais profícuas da História do Brasil, com temas instigantes, que vão desde a política de alforria, ao tráfico de escravos, à resistência escrava através de rebeliões, fugas e formação de quilombos, às diversas formas de associativismo negro, ao racismo como política de controle social, ao estudo do processo abolicionista e da precariedade da liberdade. Mais recentemente, parte considerável dos historiadores tem se dedicado à análise do pós-abolição - questão historiográfica e período difícil de delimitar -, posto que como não se realizou o acerto de contas com o passado escravista, o pós-abolição é tanto o 14 de maio de 1888 quanto o momento atual.

Por entender que a escravidão é um passado que se faz presente em nossa sociedade, esse Dossiê não estabeleceu limites temporais, temáticos ou geográficos, permitindo ao leitor acessar o passado por meio dos olhares dos pesquisadores autores, a partir de diferentes abordagens e perspectivas analíticas. Apresentamos, então, dois artigos com uma abordagem da história social, uma análise da construção de memórias históricas e uma abordagem historiográfica.

Abre este Dossiê o artigo “A Vida nas roças: a mulher cativa e os caminhos para a liberdade”, nele Virginia Barreto busca investigar as estratégias de amealhar o pecúlio para a compra da alforria. O recorte investigativo por gênero ilumina os caminhos para a liberdade de mulheres, apontando para atividades que vão além da cultura de roças, como pequenas criações, exploração da mata e de mangue, manufatura de objetos e o pequeno comércio nas feiras. As trajetórias de mulheres escravas são construídas a partir do cruzamento de dados de cartas de alforria, inventários *post-mortem*, testamentos e um processo-crime, na melhor tradição da história social.

As transformações do trabalho escravo doméstico em Recife, ao longo do século XIX, foram analisadas em instigante artigo de Tatiana Lima, amparada em minuciosa



análise dos inventários *post mortem* dos senhores recifenses, no amplo recorte temporal de 1830 a 1888. Sua pesquisa traz uma inovadora discussão de como o trabalho doméstico foi sendo reconfigurado durante a derrocada do regime escravista, nos levando a refletir sobre as similaridades entre o trabalho doméstico de ontem e de hoje.

O interessante artigo de Aline Najara Gonçalves “Os ‘Vultos e Feitos’ de ‘Alagoinhas e seu município’: uma memória do pós-abolição no interior da Bahia” discute a construção de uma memória oficial acerca da escravidão no município de Alagoinhas no pós-abolição, apresentando-nos as obras de Américo Barreira e de Salomão Barros. Ao percorrer os caminhos da memória que levaram à uma negação do passado escravista na localidade, a autora aponta para a necessidade de historicizar essas memórias, por vezes naturalizadas e sedimentadas, abrindo caminho para a elaboração do conhecimento histórico.

Fechando o Dossiê, o artigo de Cristiano Camargo e Jaqueline dos Santos: “O papel da religião na consciência antiescravista e sua relação com o debate historiográfico internacional” traz uma reflexão sobre a historiografia que abordou o surgimento de uma consciência antiescravista no contexto da Revolução Industrial Inglesa, sua relação com o protestantismo e posterior apropriação pelos abolicionistas no mundo atlântico.

A todos, uma boa leitura.

Sharyse Amaral.

Prof.^a Adjunta de História do Brasil

Universidade do Estado da Bahia

